

ESPAÇO ABERTO

Vulnerabilidades e indiferença

Jorge J. Okubaro

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com

A tragédia do Rio Grande do Sul mostra dramaticamente que, mesmo sendo abençoado por Deus, como nos ensinou há décadas Jorge Benjor, este é um país tropical frágil diante das forças da natureza. “O Brasil é um país muito vulnerável à mudança do clima”, disse ao jornal *Valor* a secretária nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, economista e doutora em Ciência Política Ana Toni. A extensão e a persistência dos efeitos das inundações não deixam dúvida de que devemos levar a sério o conselho da secretária de Mudança do Clima para que mudemos nossa percepção sobre as transformações que ocorrem no planeta em razão de ações humanas: “Essa ficha tem de cair”.

A aprovação pelo Senado, na quarta-feira passada, do projeto de lei que estabelece regras gerais para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas poderia ser a primeira indicação de que “a ficha começa a cair”. Talvez não seja, porém, mais do que demonstração de sen-

so de oportunidade – ou de oportunismo? – dos senadores. A versão inicial havia sido aprovada pela Câmara em dezembro de 2022. Passou esse tempo todo parada no Senado. Agora, precisará de nova votação pelos deputados.

O projeto prevê que o governo federal deve elaborar um plano nacional de adaptação à mudança do clima em ação articulada com os Estados e municípios. Entre suas diretrizes estão: identificar, avaliar e dar prioridade a medidas para o enfrentamento de desastres naturais; definir prioridades de ação levando em conta populações e regiões vulneráveis; e estimular a adaptação da agropecuária à economia de baixa emissão de carbono.

Ninguém que esteja ciente dos riscos decorrentes das mudanças climáticas discordaria desses objetivos e dessas diretrizes. Mas convém refletir sobre a utilidade e os efeitos práticos esperados com a aprovação de um projeto como esse.

O Brasil já dispõe de uma Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída por lei assinada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Diante das mudanças do clima, o que precisa ser feito no Brasil são planos de médio e longo prazos, sobre os quais poucos pensam

no dia 29 de dezembro de 2009. A missão dessa política, como afirma documento da Secretaria Nacional de Mudança do Clima em seu planejamento estratégico para o período 2023-2026, é “promover políticas e ações climáticas ambiciosas e urgentes que ga-

rantam a descarbonização da economia, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a transição justa e a resiliência aos impactos da mudança do clima”.

Ressalte-se que, como novidade, o projeto aprovado pelo Senado cria um órgão responsável pela gestão do plano e fixa prazos para a implementação das medidas.

Mas convém lembrar que o Brasil conta com um sistema destinado a auxiliar os gestores públicos e privados no enfrentamento das mudanças do clima. Trata-se da plataforma AdaptaBrasil MCTI, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, criada surpreendentemente em 2020, quando o Brasil era governado por pessoas que não acreditavam em mudança climática nem em vacinas. No início, a plataforma alcançava 1.262 municípios. No ano seguinte, foi estendida para todos os 5.570 municípios e incorporou novos setores de informação.

“É maravilhoso”, disse a secretária Ana Toni, por alcançar todos os municípios, com informações sobre recursos hídricos, segurança alimentar, segurança energética, saúde, desastres hidrológicos, infraestrutura portuária, infraestrutura ferroviária e infraestrutura rodoviária.

“O gestor local tem acesso a informações sobre o risco de impacto das mudanças climáticas em setores estratégicos da economia e da sociedade”, explica o coordenador científico da plataforma, Jean Ometto. “A ideia é que o gestor possa olhar os fatores influenciado-

res, que são os indicadores, e tenha condições de aumentar a resiliência do município às mudanças climáticas ou diminuir as vulnerabilidades.”

E por que um sistema desses não alcança os resultados que poderia produzir? Poucos o consultam. “O Brasil não abraçou o tema de adaptação”, afirma a secretária Ana Toni. “O País tem de se preparar melhor.” Sem essa preparação, o Brasil tenta administrar as consequências dos desastres climáticos, sem conseguir fazer a gestão dos riscos, diz Ana Toni. E o que precisa ser feito são planos de médio e longo prazos, sobre os quais poucos pensam.

É uma situação triste num país que tem quase 2 mil municípios muito expostos a inundações, deslizamentos, secas e incêndios, como lembrou a secretária.

Pior quando parte da população, que rejeita os conhecimentos científicos, parece concordar com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que diz temer “excesso de poder” dos órgãos ambientais. Foi na famosa reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, no governo do pai do senador, que o então ministro do Meio Ambiente sugeriu que se aproveitasse a pandemia para fazer passar a boiada, isto é, a legislação destinada a afrouxar os controles ambientais. Há muitos que ainda esperam a passagem da boiada. ●

JORNALISTA E AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO “O SÚBITO (BANZAI, MASSA TERREM) (EDITORA TERCEIRO NOME) E PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS (JINMONKEN)

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estadao.com

Irã

Depois de Ebrahim Raisi

Uma pesquisa de opinião em 2023 no Irã envolvendo 158 mil pessoas mostrou que mais de 80% dos entrevistados rejeitam a República Islâmica e preferem um governo democrático. A grande maioria dos iranianos nem se considera mais xiita praticante. A morte de Ebrahim Raisi traz à tona não só essa enorme rejeição popular contra a teocracia, mas uma grave crise econômica, acompanhada de inflação e gastos irrestritos com o programa nuclear e o apoio militar e financeiro a grupos radicais e terroristas como o Hamas, na Faixa de Gaza, o Hezbollah, no Líbano, os Houthis, no Iêmen, e diversas milícias na Síria e no Iraque. Raisi era um representante da linha dura do regime, responsável diretamente pela morte de milhares de opositores. Mas há radicais ainda muito piores do que ele que se estão aguardando a oportunidade para suceder a Khamenei, ho-

je com 85 anos de idade. Considerando tudo isso, o ponto de ruptura pode não estar tão longe.

Jorge Alberto Nurkin
São Paulo

Procuradoria-geral de SP

Novo benefício

“Não será a farra do boi”, afirma procurador do Estado de SP sobre novo penduricalho (Estadão, 19/5, A7). Com a devida vênua do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e dos deputados da Assembleia Legislativa de SP, que aprovaram o penduricalho que favorece financeiramente os procuradores por “excesso de trabalho”, deveriam autorizar um descanso apenas, e não ganho de mais dinheiro. Se falta mão de obra, que se contratem mais profissionais. Aqui este raciocínio não cabe, não é?

Luiz Frid
São Paulo

‘Farra do boi’

O presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São

Paulo (ApeSP), sr. José Luiz Souza de Moraes, declarou à jornalista Rayssa Motta (Estadão, 19/5, A7): “São trabalhos extraordinários, não vão ser sete dias de trabalho todo mês. Não vai ser a farra do boi, como é em outras categorias”. Essa declaração é uma confissão estarrecida vinda de quem tem autoridade dentro do funcionalismo – sabe muito bem o que fala. O grifo na frase é meu, para destacar que tem farra do boi em muitas categorias. Pobres de nós, pagadores de impostos, que sustentamos a parte do funcionalismo regamente remunerada, detentora de benefícios inimagináveis, ainda por cima, onde rola a farra do boi.

José Carlos Vaz Pezeta
Itu

Petrobras

‘Assombrações’

Na coluna *Assombrações* (Estadão, 17/5, A9), Eliane Cantanhêde discorreu sobre os bastidores da demissão de Jean Paul Prates da Petrobras e a política rasteira

que o afastou, e terminou com uma frase um tanto fácil de responder: “(...) Quem tomou a decisão foi Lula. Para fazer o que com a Petrobras?”. Na década de 80, em festas de que participei, era comum surgir a questão da corrupção na Petrobras, à época sob a ditadura militar. Eu expressi meu desejo de ver a Petrobras privatizada, quando um *companheiro* do PT arguiu de pronto: “Você verá o que faremos com a Petrobras quando estivermos no poder”. Nunca mais fui às festas do PT e retirei os adesivos do “oPTe” de meu Chevette, pois mesmo sendo os militares e o PT opostos, eles se encontravam em algum lugar e concordavam fortemente quanto à questão da manutenção das estatais, com o que eu discordava e discordo muito mais hoje. Ao contrário da articulista, não tenho dúvidas: teremos com Lula o segundo capítulo da saga infernal, para arrebatada e arrebatada de vez a Petrobras. Petrolão 2, o retorno.

Ciro Terêncio R. Ricciardi
São Paulo

Educação

Jovens analfabetos

Com base no Censo de 2022, o IBGE divulgou as taxas de analfabetismo adulto no Brasil, mostrando que 7% dos brasileiros acima de 15 anos não sabem ler e escrever um simples bilhete. Se esse dado já é preocupante, o que dizer quando se vê que 1,5% dos jovens entre 15 e 24 anos é analfabeto, não sabe ler e escrever? Essas pessoas nasceram neste século e fica claro que nada foi feito recentemente para que isso não acontecesse. Não é herança do passado, é de agora. Os órgãos superiores, como Ministério Público, precisam apurar os fatos e os responsáveis por estes resultados desastrosos. Os municípios diretamente envolvidos com a alfabetização, os Estados e a Federação como coordenadora da política educacional são os principais atores deste horror.

Oscar Hipólito,
professor titular da USP
São Carlos